

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

# EDITAL PROPEG/PPGE № 30/2024 -EXAME DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

### **RETIFICAÇÃO 01**

A Comissão do Processo Seletivo do Edital PROPEG/PPGE Nº 30/2024, Exame de Seleção para admissão ao curso de mestrado em Educação, constituída por meio da Portaria Ufac nº 2801, de 02 de setembro de 2024, torna pública, a Retificação nº 01, segue:

#### Onde se lê:

- 3.4.3 Serão considerados candidatos surdos os que se enquadrarem no disposto no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005:
  - Art. 2º. considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

#### Leia -se:

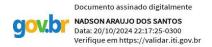
- 3.4.3 Serão considerados candidatos surdos os que se enquadrarem no disposto na Lei n. 14.768, de 22 de dezembro de 2023.
  - Art. 1º Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - § 1° Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, adotar-se-á, como valor referencial da limitação auditiva, a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz).



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

§ 2º Além do disposto no § 1º deste artigo, outros instrumentos constatarão a deficiência auditiva, em conformidade com a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Rio Branco – AC, 20 de outubro de 2024.



Prof. Dr. Nádson Araújo dos Santos Presidente da Comissão